

ATA DE REUNIÃO
NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL
PROAD 2179/2024

Data e horário: 13 de jun. de 2025 14:00 BRT

Local: Telepresencial



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PARTICIPANTES			
Portaria nº 6.809/2023			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
Janney Camargo Bina	Desembargador Coordenador	☒	☐
Adriana Seelig Gonçalves	Magistrada	☒	☐
Alexandre Schuh Lunardi	Magistrado	☒	☐
Bruno Feijó Siegmann	Magistrado	☒	☐
Cacilda Ribeiro Isaacsson	Magistrada	☐	☒
Camila Tesser Wilhems	Magistrada	☐	☒
Cintia Endler Bitencourt	Magistrada	☒	☐
Clocemar Lemes Silva	Magistrado	☒	☐
Lenara Aita Bozzetto	Magistrada	☒	☐
Marilene Sobrosa Friedl	Magistrada	☒	☐
Maristela Bertei Zanetti	Magistrada	☐	☒
Osvaldo Antonio da Silva Stocher	Magistrado	☐	☒
Paulo Roberto Dornelles Junior	Magistrado	☒	☐

Unidade de apoio executivo: Divisão de Pesquisa Patrimonial

Secretário: Elton Luiz Decker, Assistente-Chefe.



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PAUTA

1. Providências da reunião de abril de 2025
 - 1.1. Monitoramento ativo de devedores trabalhistas
 - 1.2. Atividades de capacitação
 - 1.3. Convênios
 - 1.4. Oficinas Regionais sobre o uso da Ferramenta Automatizada
 - 1.5. Levantamento dos processos ativos em execução e no arquivo provisório por região, cidade e unidade judiciária
2. Relatório de Atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial
3. Outros assuntos
 - a. Semana da Execução Trabalhista (Grandes devedores por região)

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião foi conduzida pelo Desembargador Janney Camargo Bina, coordenador do Núcleo de Pesquisa Patrimonial. As presenças e ausências justificadas estão registradas acima. Primeiramente, foram tratados os temas pendentes da reunião realizada em abril de 2025. Quanto ao assunto do **monitoramento ativo de devedores trabalhistas (item 1.1)**, a demanda avançou pouco em razão de outros projetos em desenvolvimento. Neste período, ocorreu acolhida dos critérios de ativação do alerta proposto pela Divisão de Pesquisa Patrimonial. Há previsão de uma entrega inicial do painel para o mês de julho. Passou a ser tratado então o tema referente às **atividades de capacitação (item 1.2)**. Informou Elton que foi realizada na data de hoje, das 09h30 às 11 horas, o curso telepresencial BOAS



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

PRÁTICAS EM PESQUISA PATRIMONIAL, com 59 participantes, sendo ministrado pelos servidores Elton Luiz Decker e Gonçalo Lautert Moretto. Comprometeu-se Elton de compartilhar com os presentes o arquivo da apresentação realizada. Teremos no prosseguimento o Seminário sobre EXECUÇÃO e PESQUISA PATRIMONIAL EFETIVA, em preparação para a Semana da Execução Trabalhista, previsto para o dia 18 de agosto. Em razão de limitação orçamentária, está sendo readequado o projeto às possibilidades da Escola Judicial e sendo contatados os possíveis palestrantes para verificar sua disponibilidade. Por fim, ainda no item de capacitação, o curso telepresencial sobre a PESQUISA PATRIMONIAL INTERMEDIÁRIA E A FERRAMENTA AUTOMATIZADA PEPE tem previsão de realização nos dias 07/10 a 17/11/2025. Seu conteúdo está sendo revisado e atualizado. Tratando do tema de **novos convênios (item 1.3)**, foi feita uma planilha pela SEATECO e estão sendo buscados os contatos. A DPP repassou contatos e instruções com base em informações de outros TRTs sobre como firmar alguns dos convênios propostos. Em razão do acúmulo de atividades da corregedoria no período mais recente, esta demanda será retomada no próximo bimestre. Passou a ser tratado então o tema das **Oficinas Regionais sobre a Ferramenta Automatizada Pepe (item 1.4)**. Foram realizadas em 11 das 12 regiões do estado, restando pendente apenas a oficina de Porto Alegre, agendada para o dia 24/06/2025. Na próxima reunião do NPP, com a conclusão das oficinas, será apresentado relatório com relato dos usos e resultados obtidos com seu uso, e também com relato de dificuldades enfrentadas e sugestões para o aprimoramento desta ferramenta. De forma preliminar, se pode verificar que a Ferramenta Automatizada PEPE tem seu uso bastante sedimentado nas unidades judiciárias. Os resultados práticos de sua efetividade estão relacionados ao tempo preliminar de análise dos seus resultados, da análise dos advogados dos dados disponibilizados e coerência dos pedidos com a pesquisa realizada, do entendimento do juízo local sobre o uso da ferramenta e do acesso aos seus dados, da capacitação de servidores para a interpretação dos dados da planilha. Há unidades judiciárias que incorporam o uso da ferramenta sempre que solicitada uma ferramenta isolada, por ser o



resultado mais abrangente, e aquelas que somente deferem o uso do PEPE quando solicitado expressamente pela parte ou quando obrigados por instância superior. Quanto ao **levantamento dos processos ativos em execução e no arquivo provisório por região, cidade e unidade judiciária (item 1.5)**, a Divisão de Pesquisa Patrimonial solicitou à SETIC os dados dos processos ativos no TRT da 4ª Região, visando desenvolver estudo para a Semana da Execução Trabalhista, a se realizar na terceira semana de setembro. Com base nestas informações, se conseguiu realizar a identificação dos devedores trabalhistas que possuem maior volume de processos registrados no BNDT por região, cidade e unidade judiciária. Um relatório deste levantamento será objeto de estudo. Entre os dados preliminarmente levantados, se verificou que as 3 maiores regiões em volume de processos em execução são Porto Alegre, com 67,8 mil processos, seguidos da região do Vale dos Sinos, com 24,8 mil processos, e da região Metropolitana, com 20,5 mil processos. As 3 regiões com menor número de processos em execução são a Campanha, com 6,9 mil processos, o Vale do Taquari, com 5,75 mil processos, e a Fronteira Oeste, com 2,7 mil processos. Tratando dos dados gerais, a fase de conhecimento, com 245,24 mil processos, representa 47,92% do total de processos ativos; a fase de execução, por sua vez, conta com 191,45 mil processos, representando 37,41%; a fase de liquidação, que soma 53,1 mil processos, representa 10,38%; e a fase de arquivo provisório, onde são encontrados 21,97 mil processos, representa 4,29% do total de processos ativos. Se somarmos os 4,29% do arquivo provisório com os 37,41% da fase de execução, teremos 41,7% dos processos com possibilidade de execução imediata. Chamou atenção dos presentes entre os dados preliminarmente apresentados a existência, no arquivo provisório, de processos de 1994 (0,4 mil), 1995 (0,6 mil) e 1996 (0,6 mil) que não podem ser arquivados definitivamente. Participaram do debate o Des. Janney Camargo Bina, a Juíza Adriana Seelig Gonçalves, o Juiz Alexandre Schuh Lunardi e da Juíza Marilene Sobrosa Friedl. Chegou-se à conclusão que uma sentença terminativa findaria com o processo antigo, mas manteria o crédito executivo hígido. Após o debate, o Des. Janney Camargo Bina, com a concordância de todos do NPP, solicitou que a



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

Juíza Adriana Seelig Gonçalves, por ser também integrante da Central de Execuções, lá apresentasse a proposta de que fosse sugerido à Administração do Tribunal regulamento no sentido de que os processos com créditos pendentes de pagamento em razão da não localização de bens e que estão no arquivo provisório, recebessem sentença terminativa e arquivamento definitivo, com prévia expedição de certidão com os valores remanescentes, tal como já existe para créditos previdenciários em valor inferior a 40 SM e sentenças proferidas em ações civis públicas com comando de cumprimento de obrigações de “não fazer”, viabilizando assim a retomada das execução quando localizados bens por meio de um novo processo na classe “CumSen”. Quanto ao tema do **Relatório das atividades da Divisão de Pesquisa Patrimonial (item 2)**, o Des. Janney parabenizou o JAE e a DPP pelo elogio recebido da Corregedoria Nacional na leitura da ata da correição ordinária ocorrida neste Tribunal, pelas entregas das pesquisas automatizadas PEPE às Varas. Elton informou que a Divisão de Pesquisa Patrimonial entregou neste ano, de janeiro até 12/06/2025, 1.384 processos, numa média de 256 processos por mês. No mesmo período, foram solicitadas 1.551 novas pesquisas. Foi esclarecido que as consultas aos dados do DETRAN são as que impactam mais na demora da entrega dos resultados das pesquisas do PEPE, uma vez que há somente um computador que possui licença para realizar a consulta por meio de túnel com a PROCERGS. Recente alteração nas consultas que o sistema automatizado de consulta faz ao CENSEC, que implantou um reCAPCHA para cada CPF ou CNPJ consultado, inviabiliza o uso da pesquisa de raspagem de dados por meio de robô. Por este motivo, a Divisão de Pesquisa Patrimonial gestionou junto à Central Notarial do Brasil a disponibilização de um API para viabilizar a continuidade deste importante serviço. Em resposta, o gerente do Colégio Notarial do Brasil explicou que o uso da Ferramenta reCAPCHA foi implementado recentemente no controle de acesso à plataforma CENSEC (Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados) visando reforçar a segurança do sistema, prevenindo acessos automatizados indevidos (como robôs e scripts maliciosos) que possam comprometer a estabilidade, a confidencialidade e a integridade das informações disponíveis na



ATA DE REUNIÃO NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

base de dados. O aumento no fluxo de dados decorrentes de acessos automatizados acarreta interferência em outros acessos. Destacou ele que o reCAPTCHA é uma ferramenta amplamente utilizada para distinguir acessos legítimos de usuários humanos e atividades automatizadas, protegendo assim os dados sensíveis armazenados na CENSEC, que são de grande relevância jurídica. Mas, ao avaliar nosso pedido, considerando a crescente demanda por agilidade, segurança e eficiência na troca de informações, foi proposto o desenvolvimento de uma API que permita o acesso seguro do TRT4 à base de dados da CENSEC, que está sendo providenciado com a SETIC. Segue avançando os estudos do grupo de trabalho entre a Divisão de Pesquisa Patrimonial e SETIC visando aprimorar e oferecer maior suporte ao recebimento, processamento e entrega das pesquisas automatizadas PEPE. Ainda, foi constituído um grupo de trabalho pelo LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO com a finalidade de aprimorar a ferramenta automatizada PEPE, contando com a participação do LAB-JT, da SETIC, de representante do 1º Grau, da SEATECO e Divisão de Pesquisa Patrimonial. A servidora Tatiana Nique Franz passará a integrar a equipe da Divisão de Pesquisa Patrimonial, completando o seu quadro funcional. Outras realizações da DPP já foram tratadas em itens anteriores da pauta. O último tema, ligado à **Semana da Execução Trabalhista (item 3.0)**, já teve em discussão no item 1.5., acerca da proposta de arquivar definitivamente os processos mais antigos mediante expedição da respectiva certidão de crédito, que pode repercutir positivamente nas estatísticas do TRT4. Com a análise dos dados dos processos pendentes por região, que será objeto da próxima reunião, outras medidas serão propostas. Nada mais havendo, a reunião foi finalizada às 15 horas e 15 minutos, agradecendo-se a presença de todos.

Encaminhamentos e pendências			
Tarefa	Responsável	Prazo	Observações
Concluir relatório dos processos em execução por região	DPP	08/08/2025	
Acompanhar o desenvolvimento do painel do	DPP	30/07/2025	



ATA DE REUNIÃO

NÚCLEO DE PESQUISA PATRIMONIAL

monitoramento ativo dos devedores			
Finalizar projeto do Seminário de Pesquisa e Execução Trabalhista Efetiva	DPP	30/06/2025	
Compartilhar apresentação BOAS PRÁTICAS	DPP	16/06/2025	
Acompanhar junto à Corregedoria as propostas de novos convênios	DPP	30/07/2024	
Produzir relatório sobre processos pendentes por região	DPP	08/08/2025	

Ata validada por e-mail pelos(as) participantes.